

**HABEAS CORPUS Nº 494.134 - SP (2019/0046992-2)**

**RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE : WELLINGTON APARECIDO MATIAS DA CAL**  
**ADVOGADO : WELLINGTON APARECIDO MATIAS DA CAL - SP328336**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : MOISES GALVAO RODRIGUES (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de MOISES GALVAO RODRIGUES, contra o indeferimento de idêntica medida na origem.

Sustenta o impetrante que não há fundamentação concreta e idônea na decisão que decretou a prisão preventiva do paciente.

Aduz, para tanto, que *"Busca-se a imediata revogação do decreto de prisão preventiva, expedido em desfavor da paciente, uma vez que chega a ser teratológica a manutenção do decreto de sua prisão, pois, é situação de flagrante constrangimento ilegal, uma vez que não está adequadamente e suficientemente fundamentada a decisão que decretou sua prisão preventiva e mantida em sede de liminar e acórdão pelo Egrégio Tribunal Bandeirante, que deixou de observar os requisitos autorizadores da medida excepcional, disciplina no art. 312 do CPP e, como, aliás, impõe o art. 315 do mesmo Código, infringindo a princípios constitucionais, como adiante se demonstrará"* (fl. 3).

Postula, ao final, a superação do enunciado 691 da Súmula do c. STF para que seja revogada a prisão decretada em desfavor do paciente.

É o relatório.

**Decido.**

Os autos não versam sobre hipótese que admite a pretendida valoração antecipada da matéria, pois, pela análise da **questão** trazida à baila na exordial, verifica-se que o **habeas corpus** investe contra denegação de liminar. De fato, ressalvadas hipóteses excepcionais descabe o instrumento

heróico em situação como a presente, sob pena de ensejar supressão de instância.

A matéria, inclusive, já se encontra sumulada: "*Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*" (**Súmula nº 691/STF**).

Na hipótese, o **writ** impetrado na origem teve o pedido liminar indeferido sob os seguintes fundamentos, **verbis**:

*"Trata-se de habeas corpus impetrado pelo Advogado WELLINGTON APARECIDO MATIAS DA CAL, em favor de MOISÉS GALVÃO RODRIGUES, sustentando que o paciente sofre constrangimento ilegal por parte do MM. Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Guarujá, perante o qual foi condenado às penas de 05 (cinco) anos de reclusão, em regime inicial fechado, e 500 (quinhentos) dias-multa, como incurso no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/06.*

*Busca-se o reconhecimento do direito do paciente de aguardar o julgamento do recurso de apelação em liberdade, ainda que mediante a fixação de quaisquer das medidas cautelares alternativas previstas no artigo 319, do Código de Processo Penal, sob a alegação central de que a negativa carece de fundamentação idônea acerca da imprescindibilidade da medida.*

*A matéria arguida na impetração diz respeito ao próprio mérito do writ, escapando, portanto, aos restritos limites da medida liminar, que há de ser deferida apenas nos casos em que exsurge flagrante o constrangimento ilegal apontado, o que não é o caso dos autos.*

*Indefiro, pois, a liminar" (fl. 32).*

Na hipótese, portanto, não verifico a ocorrência de **flagrante ilegalidade** capaz de ensejar o afastamento do óbice contido no enunciado sumular referido.

Assim o entendimento do Pretório Excelso: **HC** nº 103570, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio**, Rel. p/ acórdão Min. **Rosa Weber**, DJe de 22/8/2014; **HC** nº 121828, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Dias Toffoli**, DJe de 25/6/2014; **HC** nº 123549 **AgR**, **Segunda Turma**, Rel.<sup>a</sup> Min. **Cármen Lúcia**, DJe de 4/9/2014.

No âmbito desta Corte Superior, cito as seguintes decisões monocráticas: **HC** nº 392.348/RO, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**;

**HC nº 392.249/PR, Sexta Turma, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior; HC nº 392.316/SP, Quinta Turma, Rel. Ministro Ribeiro Dantas; HC nº 391.936/SP, Quinta Turma, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik; HCnº 392.187/SP, Sexta Turma, Rel<sup>a</sup>. Ministra Maria Thereza de Assis Moura.**

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, e art. 210, ambos do RISTJ, **indefiro liminarmente** o processamento do presente **writ**.

P. e I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.



Ministro Felix Fischer  
Relator